



RESENHA – REVIEW – RESEÑA

EXCLUÍDAS E MARGINALIZADAS: UMA APROXIMAÇÃO ANTROPOLÓGICA

EXCLUDED AND MARGINALIZED: AN ANTHROPOLOGICAL APPROACH

EXCLUÍDAS Y MARGINALES: UNA APROXIMACIÓN ANTROPOLÓGICA

Por: **Mario Viana Martins**, Doutorando em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: mario_ufc@hotmail.com

JULIANO, Dolores. **Excluídas y marginales**: una aproximación antropológica. España: Ediciones Cátedra, 2004.

Maria Dolores Juliano Corregido se graduou em antropologia na Argentina e hoje é professora aposentada da Universidade de Barcelona. Além de sua atuação feminista, há muito desenvolve trabalhos diversos nas áreas de migração, etnia, religião e gênero. Dentre sua vasta produção bibliográfica, podemos destacar a *Cultura Popular* (1986), *El juego de las astucias: Mujer y construcción de mensajes sociales alternativos* (1992), *Las que saben... subculturas de mujeres* (1998), *Las prostitutas: El polo estigmatizado del modelo de mujer* (2001), *Marita y las mujeres en la calle* (2004) e, a obra sobre a qual nos deteremos agora: *Excluídas y marginales: una aproximación antropológica*.

Nesse trabalho a autora deu ênfase à temática de gênero, articulando-a com problemáticas em torno das identidades e discutindo sobre as questões envoltas, principalmente, da prostituição. Nesse sentido, ao pensarmos, como bem demonstrou Anamaria Marcon Venson (2008), que as relações entre Brasil e Espanha extrapolam os acordos econômicos formais e apontam para a tessitura de inúmeras redes que compõem um amplo tráfico de mulheres com fins à exploração sexual, o estudo de Dolores Juliano aparece como um profícuo trabalho para se pensar a prostituição de forma interdisciplinar e entre diferentes países.

Ao afirmar-se como um discurso localizado com a finalidade de contribuir para a luta impetrada pelos feminismos, a autora envereda por uma análise antropológica que objetiva desfazer “verdades sociais” sobre determinados grupos (mães solteiras, lésbicas, anciãs, entre outros), bem como desmistificar condutas sociais tidas como naturais ligadas às relações de gênero. Nesse sentido, ela volta sua atenção, não para as ações dos sujeitos, mas para a norma, a produção ideológica, para os discursos. Seu objetivo principal é entender como estes são construídos, mantidos e que funções sociais e sanções operam, sem perder de vista o constante suas constantes transformações que, dessa forma, apontam para processos de *estigmatização* diferenciados, conforme tempos e espaços específicos, mediante a construção de identidades.

Como metodologia de trabalho ela afirma ter optado pela perspectiva da observação participante tomando como foco a histórias de vida de mulheres trabalhadoras sexuais na Espanha, a partir de uma pesquisa em conjunto com outras estudiosas que tinha a entrevista como principal ferramenta de coleta de dados. Diz ainda deter-se sobre o caráter qualitativo das análises, operando seus procedimentos por meio de uma micro-história indiciária.

Na busca por categorias de análises e procedimentos que lancem a discussão para além da perspectiva econômica, Juliano elege a expressão “exclusão social” como mais útil por agregar e significar as privações econômicas, sociais e culturais no processo de construção social de gênero, em que a discriminação antecederia a exploração. O processo de construção de identidades de gênero seria, então, marcado pelo estabelecimento de um modelo ideal e um anti-modelo, pela rotulação e estigmatização dos sujeitos que seriam marginalizados (como no caso dos/as anciãos/ãs) ou excluídos (como as prostitutas) do sistema social.

Em seu primeiro capítulo, a autora realiza uma análise linear dos procedimentos de marginalização e exclusão nos três últimos séculos. Assim, o século XIX seria marcado pela invenção das “classes perigosas”. Calcado numa teoria evolucionista de biologização dos sujeitos, obrigando-os a entrar no ritmo das sociedades industriais pelo regime assalariado, exaltava-se a noção positiva de trabalho. De maneira diferente, o século XX teria como base uma ética individualista, de controle das classes trabalhadoras, em nível internacional, que seria substituída

no século XXI. Este, por excelência, representaria o momento de preocupação com as pessoas que estariam ocupando espaços diferentes daqueles assinalados como corretos para elas. Seriam, sobretudo, os/as imigrantes e as prostitutas.

Nesse percurso, mesmo ocorrendo trocas dos objetos de estigmatização e exclusão social, haveria aí a manutenção de uma “essência” de manipulação, uma “continuidade” entre diferentes momentos históricos, onde aqueles que detêm o poder manejam os discursos legitimadores. A atribuição de identidades sociais por grupos específicos nada mais seria do que estratégias de controle.

Aqui cabe marcar algumas aproximações das idéias da autora em relação ao filósofo Michel Foucault (1996). Ao remeter a importância dos discursos no meio social, Juliano se aproxima de Foucault indicando que as condições de acesso aos discursos, suas regras e seus funcionamentos seriam determinados por grupos específicos que detêm o poder. Contudo, esse não estaria em um ponto único (Estado ou a Ciência), mas sim dissolvido nas relações estabelecidas entre os indivíduos, os quais interessavam ser observados, para ambos os autores, como sujeitos construídos discursivamente.

A preocupação de Juliano Dolores é dupla: ainda que observe as continuidades, as permanências discursivas, ela lança olhar para as descontinuidades, as quebras, as singularidades. É assim, por exemplo, que ela procede no segundo capítulo quando vislumbra desfazer, mediante análise e dialogando com diferentes autoras, os mitos do amor materno, do amor romântico e da passividade e exclusividade sexual da mulher. Longe de ser um instinto, a maternidade e seus atributos tais como os conhecemos hoje, seriam construções sociais que remeteriam ao século XVIII, tal como já havia apontado Giddens (1993). Como construções também seriam encarados os outros mitos. Assim, a exclusividade sexual baseada no relacionamento heterossexual, a fim de garantir a estabilidade do casal, é (re)significada pela autora como uma maneira excludente de formas de relacionamento alternativas. Tomando como seu fundamento a posse em relação ao outro e a angústia da perda, a exclusividade sexual faria parte da “prática normal” e instituída de se relacionar.

No estabelecimento dessa prática, Juliano reafirma a importância da análise das identidades de gênero no meio social, na medida em que a rigidez dos rótulos, estigmas identificadores tenderiam a ocultar a fluidez e inexatidão das relações

sociais. As identidades, tomadas como construções sociais, se modificariam mediante interações e reformulações, sendo possível a construção de outros modelos, para além do homem e da mulher, como a identidade lesbiana. Esta identidade possibilitaria modos de auto-afirmação e solidariedade de gênero, superando o reducionismo dicotômico de base heterossexual assinalado acima e criticado por muitas feministas como Monique Wittig (2007), para quem o lesbianismo, a consciência lésbica, seria uma forma de “matar o mito da mulher” (p. 49) e de superar a biologização da história.

Ressalta Dolores Juliano, contudo, que nem sempre as lésbicas foram vistas dessa forma. De acordo com a autora, o Ocidente seria marcado por uma cultura androcêntrica que estabelece identidades pela construção do “outro, do desviado”. Nessa perspectiva, as lésbicas por muito tempo foram vistas como uma patologia, uma debilidade do sexo feminino.

Para trabalhar as especificidades dessa estereotipação ela dialoga com Pierre Bourdieu, utilizando o conceito de “violência simbólica”. Neste sentido, a violência teria dupla função: convencer para desestimular a rebeldia legitimando a agressão, isto é, para não ser vista como violência. Tal agressão estaria associada também a outras categorias estigmatizadoras o que possibilitaria a manifestação de abusos do tipo material. Assim, a violência faria parte de um sistema mais amplo: como construção social assimétrica e coletiva para manter a estrutura social na qual se desenvolvera. As mulheres, compondo uma categoria estigmatizada, uma identidade sociocultural constituída de maneira negativa e visada pela violência simbólica, teriam suas agressões justificas e permitidas em nosso meio cultural. A agressão à mulher estaria fundada na base do sistema, pois os indivíduos foram estabelecidos de forma desigual conforme o sexo.

É a partir dessa constatação que Dolores tenta contribuir no campo teórico ao afirmar a necessidade de substituir a epígrafe “violência de gênero” por “violência contra as mulheres”. Fundada numa relação desigual e com o objetivo de manter tal disparidade, o termo violência de gênero abriria espaço para pensarmos em uma violência mútua que, de acordo com a autora, seria impraticável, pois assim todo o sistema sociocultural estaria baseado nas relações desiguais de gênero. A desigualdade estaria dada *a priori*, na base das relações, de maneira que a segunda

expressão (violência contra as mulheres) seria mais viável para o estudo das relações de gênero.

É nessa perspectiva que a autora finda o segundo capítulo e inicia o terceiro momento de seu trabalho, afirmando que a forma mais profícua de romper com os modelos dominantes seria através da elaboração de novos discursos interpretativos, novos modelos interiorizados que dariam valor e significado as práticas dissonantes.

Como exemplo de paradoxo a ser superado, isto é, de novas ações reproduzindo velhos modelos, ela cita o caso das mães solteiras e das uniões entre pessoas do mesmo sexo. No primeiro, o desafio para as mulheres estaria na manutenção da maternidade em condições diferentes daquelas previstas pelos mandatos sociais, ao invés de abandonar os balizamentos estabelecidos pela norma: os significados em torno da maternidade. Assim também seria nos relacionamentos homossexuais, onde haveria uma reprodução, na prática, do modelo interiorizado de convivência estável, complementar e de larga duração.

Como então sugerir formas de relacionamento alternativas que não reforçassem o sistema heterossexual tradicional? A autora parte de uma prática, as relações afetivas estabelecidas entre pessoas de terceira idade, para dar significado a formas de relacionamento alternativo. Busca, portanto, em uma prática não discursiva elementos para a constituição de discursos alternativos.

Ainda que possa haver nesse tipo de relação resquícios do antigo modelo relacional, a autora sugere uma prática geralmente distinta. Por envolver pessoas com experiências prévias, as relações desse tipo seriam muito mais reflexivas que ingênuas e não estariam focadas na reprodução, sendo os filhos/as deslocados/as do motivo da convivência entre os pares para, muitas vezes, significarem obstáculos à mesma. Ademais, a vida conjugal numa mesma morada tenderia a entrar em conflito com projetos de vidas autônomas de ambos/as os/as envolvidos/as. A própria expectativa de vida dessas pessoas implicaria relações com o tempo diferenciadas: os envolvimento seriam estimados pelos seus conteúdos, não por sua duração.

O quarto e quinto momentos do trabalho de Juliano são caracterizados pela reflexão em torno da prostituição das mulheres. Em sua visão, dentre as mulheres as trabalhadoras sexuais seriam as mais marcadas pelos signos da estigmatização visto que, mesmo havendo mudanças nas legislações diversas, o estigma em torno

da prostituição estaria enraizado nos imaginários e nas atitudes sociais. Expresso de forma consciente e inconsciente possuiria utilidade no meio social tal como o epíteto “puta”. Este, servindo como ferramenta a um imaginário masculino, no qual todas as mulheres seriam putas, teria como principal função manter as mulheres dentro de normas (não apenas sexuais), focando, sobretudo, aquelas mais jovens.

Tal imaginário, assimilado pelas próprias mulheres, seria responsável pelo distanciamento entre as moças “normais” e as “prostitutas”. Dessa forma, quanto mais próximas as mulheres estivessem das relações tradicionais, do padrão convencional, mais difícil seria a solidariedade de gênero e mais intenso o rechaço em relação às trabalhadoras sexuais, isolando-as. A estigmatização atingiria também as não prostitutas. Aproximar-se desse estigma seria cair em profunda desgraça: prostituição não seria algo que se faz, mas algo que se é, uma *essência* que, no caso das mulheres, teria continuidade de mães para as filhas.

Contra esse determinismo biológico, que acabou por fundamentar diversas interpretações populares e mesmo (pseudo)científicas, Dolores Juliano aponta a prostituição como uma profissão e afirma a necessidade de sua regularização (a exemplo do que ocorrera na Alemanha) como forma de contribuir para o fim da estigmatização, para um melhoramento da relação com os clientes e, sobretudo, para a diminuição da exploração das mesmas pelos “intermediários”.

Todavia, atenta aos problemas inerentes à profissionalização e em diálogo com parte da literatura feminista, Juliano entra no complexo debate se a prostituição seria ou não uma opção de trabalho livre. De acordo com a antropóloga, aqueles/as que tratam a trabalhadora sexual como vítima, ao invés de questionar a estigmatização em torno da prostituição, tenderiam a reforçar esta como uma essência e não como uma profissão, confundindo ainda a natureza do trabalho (serviços sexuais) com as condições do trabalho (não consentimento/ exploração).

O que está bem claro para Dolores Juliano é que muitas vezes a prostituição aparece para as mulheres como um refúgio econômico. No caso das muçulmanas, isso fica ainda mais evidente, na medida em que as opções de trabalho para as mulheres são quase inexistentes e os estigmas que recaem sobre a sexualidade feminina são intensos e plurais. Dessa forma, naquele contexto, a prostituição não significaria uma opção tão abrupta. Pelo contrário. Assumida a condição de trabalhadora sexual a estigmatização seria menos pejorativa, além do fato de que os

ganhos financeiros possibilitariam a resolução de muitos dos seus problemas diários: uma “atividade de refúgio”, uma forma de resolver problemas tais como as carências econômicas, problemas de horário de trabalho, rechaço familiar ou solidão, sendo vivida muitas vezes como um recurso multifuncional, ao invés de um problema em si mesmo.

Em última instância, a prostituição seria vista por Dolores como uma linguagem. Um âmbito de atuação simbólica, no qual os homens julgariam exercer o poder estigmatizador sobre os sujeitos construídos imaginariamente como vítimas passivas, no intuito de ocultar que a realidade estaria menos submetida ao poder real masculino. Isso fica evidente, por exemplo, no momento de negociação entre clientes e prostitutas. Estas seriam encaradas como interlocutoras e aqueles como seus dependentes: o cliente não disporia mais do que aquilo que fora acordado.

Assim, as lutas das mulheres deveriam ser não contra a prostituição, mas contra a sua estigmatização, contra os obstáculos discursivamente construídos entre as mulheres. Dessa maneira, tal trabalho se agregaria aos outros esforços postos em prática por diferentes setores estigmatizados, tais como os homossexuais, as minorias étnicas, entre outros. Mais uma vez, para Juliano, a luta estaria no plano do discurso, no potencial questionador e inovador dos mesmos para desfazer as estigmatizações em voga sem, contudo, deixar de lado a atenção para os *não discursos*, a estigmatização que mesmo não expressa explicitamente, não deixaria de existir e nem por isso seria menos eficaz e ofensiva.

Seguindo para o sexto e último capítulo a autora chama atenção para um acúmulo de estigmas em torno das mulheres que corresponderia à junção das condições de trabalhadora sexual e imigrante. O discurso discriminador que parecia estar perdendo força diante da capacidade organizativa das trabalhadoras sexuais se encontraria reforçado na situação imigrante de muitas prostitutas.

Mais uma vez, de acordo com Dolores Juliano, seria através da elaboração de discursos alternativos que se daria a possibilidade de compreensão e defesa de tais mulheres. Aspectos que possibilitariam entender os padrões e as peculiaridades do fenômeno migratório feminino, geralmente associado e diminuído a um apêndice da migração masculina e que apontariam para a filiação da autora a Michel Foucault, na medida em que, por todo o texto, ela deixa clara a sua expectativa em torno da característica produtiva do discurso. Assim, para ela se trata da constituição de

outros discursos para a percepção, legitimação e conservação de experiências diversas, muitas vezes postas à margem, além da busca de marcação de espaço mediante o avanço dos estudos feministas.

Referências:

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

VENSON, Anamaria Marcon. Rotas do desejo. Discursos midiáticos sobre prostituição como estratégia migratória e tráfico de mulheres para exploração sexual na rota Brasil-Espanha (1997-2007). In: **Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis, 2008. Anais eletrônicos – ST 65. Disponível em: <http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST65/Anamaria_Marcon_Venson_65.pdf > Acesso em 30 mai. 2009.

WITTIG, Monique. **La pensée straight**. Paris, Editions Amsterdam, 2007. p. 49.

Resenha:
Recebida em: 30/05/2009
Aceita em: 22/06/2009